

Povos Indígenas no Brasil

Fonte FOLHA DA TARDE

Class.: 2017

Data 29/03/68

Pg.: 07

Exército apura sevícias contra índios

Rio (da Sucursal pelo telex) — O comandante da Colônia Militar de Tabatinga, no Amozonas, anunciou que os índios Tucunas foram torturados num vilarejo junto à foz do rio Tacana. O major Luís Leal esclareceu que ouviu as denúncias dos próprios índios com quem esteve durante várias horas, na própria tribo. Afirmou que os tucunas tinham suas mulheres seviciadas, depois que recebiam grande quantidade de cachaca. Os responsáveis pelas atrocidades são os srs. Jordão Almeida, dono do vilarejo e explorador de borracha, e seu filho Leandro Almeida. Ambos estão presos no quartel da Colônia Militar, e responderão a processo. Segundo o major Luís Leal, Leandro Almeida foi expulso do Exército, anos atrás, devido ao fato de ter violentado diversas moças na fronteira da Colômbia.

Afirmou, também, que o Serviço de Proteção aos Índios não chegou àquele vilarejo para cuidar dos Tucunas, que necessitavam de sua atenção. Em Manaus, o juiz federal Arlusto Rocha declarou-se incompetente para julgar o processo, enviando nomes dos 134 implicados em assassinato contra os índios.

O ministro Gama e Silva, da

Justiça, informou que o presidente Costa e Silva assinou decreto criando um grupo de trabalho interministerial para apresentar um plano de medidas visando a delimitação e demarcação das áreas ocupadas pelos silvícolas e medidas de proteção à posse das mesmas, bem como das que ora constituem parques nacionais. Frisou que é a pri-

meira medida de natureza legal do Ministério da Justiça sobre a aquisição de terras por estrangeiros.

O grupo de trabalho será integrado por um representante do Ministério do Interior, um do Ministério do Planejamento, um do Ministério Público Federal e um do Departamento de Polícia Federal que, sob a presidência

do primeiro, terão um prazo de 90 dias para apresentar um plano de medidas para pronta execução. O decreto faculta ao GT dirigir-se a todos os governos estaduais civis e militares a fim de solicitar a colaboração julgada necessária. Encerradas suas atividades, o grupo de trabalho encaminhará à presidência da República, através do Ministé-

rio da Justiça, um minucioso relatório das suas atividades e conclusões. Desta forma o Governo pretende dar uma solução aos problemas advindos pela má administração que se implantara à frente do Serviço de Proteção aos Índios, quando foi dilapidado o patrimônio indígena e quase exterminadas diversas tribos.